

Poder e saber

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)



G O M E Z

Ulysses Guimarães, o Senhor Constituinte, político de larga experiência, enorme vivência política, nunca foi objeto de nenhuma denúncia de qualquer tipo de comportamento inadequado e muito menos de se envolver em algum malfeito. Homem simples, cumpriu a missão honrosa de levar o Brasil com calma, objetividade, sem concessões, ao restabelecimento da democracia e das garantias básicas do cidadão. Político admirável.

Lembrei de Ulysses porque ele era o personagem das grandes frases. Tribuno brilhante, seu discurso no momento final da Constituinte é notável. Um dos ensinamentos que ele deixou a seus pósteros foi uma definição brilhante, que em sua simplicidade resume os problemas brasileiros atuais. "É preciso temer, sempre, aquele que pode mais do que sabe". É o guarda da esquina, suposto defensor da lei, que anda armado. Por causa de uma bobagem ele pode mandar o cidadão de bem para a cadeia ou, no limite, dar um tiro e acabar com uma vida. Não é preciso muito esforço para colocar dentro dessa sentença o presidente Jair Bolsonaro. Ele pode mais do que sabe.

Seu governo é errático, não tem projeto, metas nem preocupações sociais. Percebeu que não tinha meios e modos de negociar com o Congresso e entregou o governo aos líderes do Centrão. Desistiu de governar. E se dedicou exclusivamente à sua reeleição. Quem governa, na prática, é o presidente da Câmara, Arthur Lyra. Ciro Nogueira, na Casa Civil, completa o time que administra o país, distribui verbas públicas de acordo com o

interesse do grupo. Não há política de longo prazo. Na verdade, só existe o improviso.

O único objetivo é vencer Lula na disputa pela Presidência da República. Os políticos do Centrão são experientes. Eles sabem que a vida não acaba se Bolsonaro perder. Mudam de lado com a facilidade de quem troca de camisa. Foi assim no episódio do impeachment de Dilma Rousseff. Por essa razão, Bolsonaro escolheu o general Braga Neto para ser seu vice. Ele entende que assim se protege de eventual traição de seus atuais aliados no Congresso. Perde parte do eleitorado, mas se defende de um possível futuro golpe de Estado parlamentar.

Lula conhece o Brasil, as lideranças políticas nacionais e regionais. Ele não tem dificuldades para conversar com direita, esquerda e empresários. Acumulou experiência quando ganhou, quando perdeu e quando passou um tempo atrás das grades. É respeitado no exterior, foi recebido pelos principais parlamentos europeus, por chefes de Estado, antes e depois, na qualidade de presidente da República e agora na posição de candidato depois de passar pelos dias amargos da prisão. Guardadas as devidas proporções, Lula cumpre percurso assemelhado ao de Nelson Mandela na África do Sul.

No país africano, a questão racista dividia uma sociedade negra que foi dominada, pela força, por brancos europeus. No Brasil a questão é a inclusão dos milhões de pobres e excluídos dos benefícios da sociedade. É difícil viver no país que é um dos maiores produtores do mundo de grãos e carnes, mas convive com cerca de 30 milhões de pessoas

que passam fome. É outro tipo de apartheid, é uma tragédia latino-americana, que ganha especial destaque no país rico em matérias-primas e notável desenvolvimento do agronegócio. O país alimenta bilhões de pessoas no mundo, mas esquece dos seus.

Mandela saiu da prisão, depois de 29 anos de cativo, e sua primeira preocupação foi dar garantias aos brancos de que o país iria se unir sem ódios nem rancores. Não haveria revanche, nem vingança. O líder fez o possível e o impossível para colocar brancos e negros lado a lado na pacificação do país. Deu a partida no longo trabalho de convivência pacífica entre os divergentes no sul da África. É um notável exemplo de político capaz de enxergar além do horizonte e traçar, com absoluta clareza, seus objetivos. Mandela morreu, mas seu exemplo permanece vivo. Legou a seus pósteros um país melhor.

Caso Lula vença a eleição, vai necessariamente conviver com os saudosos de Bolsonaro, que poderão produzir atos de violência ou terrorismo urbano. Presencial ou por via das redes sociais. É nesse teatro que os rancores precisam ser removidos da cena política em nome dos objetivos maiores para vencer os desafios da pobreza e promover o desenvolvimento. Dividido por ódios e rancores, o país não sai do lugar. Quem vencer a eleição terá que engolir provocações, desafios, desafios até mesmo pessoais para poder desfaldar a bandeira da paz. Não deve ser o presidente que pode mais do que sabe. Ele precisará entender o tamanho de sua responsabilidade. É seu momento histórico.

O Pacote do Veneno não cabe no futuro que precisamos traçar

» MARINA LACÔRTE

Agrônoma, mestre em ecologia aplicada pela Universidade de São Paulo (USP) e porta-voz da campanha de Agricultura e Alimentação do Greenpeace Brasil

Uma pesquisa recém-publicada no periódico internacional, Environment International, sob coordenação da pesquisadora brasileira Carolina Panis, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, em parceria com a Universidade de Harvard, mostrou que pelo menos 542 pessoas desenvolveram câncer entre os anos de 2014 e 2017 no Paraná por conta da contaminação da água por agrotóxicos. O levantamento foi feito nos 127 municípios produtores de grãos do estado e mostrou que 97% deles estão com a água que abastece seus moradores contaminada com resíduos dessas substâncias.

A publicação do artigo científico se dá em meio a discussão no Congresso em torno do que a sociedade civil tem chamado de Pacote do Veneno, o antigo PL 6299/2002 da Câmara e que circula agora no Senado como PL 1459/2022. Depois de ter sido aprovado às pressas no plenário da Câmara dos Deputados, onde parlamentares ruralistas usaram a pandemia como oportunidade para aprovar medidas indigestas para a população, o Pacote do Veneno retornou ao Senado para apreciação final. No entanto, o projeto que saiu da casa com apenas dois artigos, agora volta revogando toda a lei atual de agrotóxicos (7082/1989), excluindo dispositivos essenciais de proteção à saúde como a expressa proibição da aprovação de substâncias cancerígenas.

"O consumo da água brasileira é extremamente insalubre. Se você olhar esses números, o padrão europeu de segurança é de 0,1 parte por bilhão. No Brasil, o glifosato é de 500 partes por

bilhão. Em nenhum lugar do mundo você acha agrotóxico nessa quantidade de água. Se esse projeto [Pacote do Veneno] no Senado for aprovado vamos ter uma lista maior de produtos carcinogênicos no cultivo de alimentos como soja e milho", afirma Panis.

Por determinação do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, o PL circula em apenas uma comissão da Casa, a de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que atende majoritariamente aos interesses do agronegócio. Pacheco tem ignorado uma série de pedidos para que a medida passe também pelas comissões que tratam dos assuntos de maior relevância relacionados ao PL, como meio ambiente, saúde e direitos humanos, indo na contramão do compromisso que fez perante artistas, movimentos e organizações, e parlamentares no Ato pela Terra, em março.

Entre os argumentos dos defensores do projeto está, é claro, a questão da fome. Alegam que uma menor burocracia trazida pelo PL permitiria a aprovação mais ágil de agrotóxicos necessários para a produção de alimentos, representando, consequentemente, aumento no volume dessa produção. No entanto, a fome no país só vem crescendo, mesmo com recordes das safras agrícolas no Brasil.

Em 2022 chegamos a 33 milhões de brasileiros que passam fome, um crescimento de 57% em comparação a 2021. Segundo a FAO, a existência da fome não é uma questão de quantidade, já que 30% de toda a comida produzida no mundo é desperdiçada anualmente. Isso escancara o que também já foi afirmado pela

ONU: que a necessidade de usar agrotóxicos para produzir mais alimentos e acabar com a fome é um mito. Agrotóxicos não são um mal necessário. Há décadas que incentivos e subsídios agrícolas são direcionados majoritariamente para a produção de commodities, sistemas que mais consomem agrotóxicos, especialmente para as monoculturas de soja, milho e cana, que não estão voltados para atender diretamente a uma demanda alimentar e que tem implicado inclusive na diminuição das áreas de plantio fundamentais para a população brasileira, como arroz, feijão, mandioca e trigo, e no aumento do preço dos alimentos.

Em outras palavras: com estímulos e incentivos adequados e redirecionados, é possível alterar nossa matriz de produção e garantir a segurança alimentar e nutricional. É escandaloso continuar "ofertando" para brasileiros venenos que a Europa e os Estados Unidos negam à sua população. Essa medida não traz modernidade e busca fazer algo bastante perigoso no meio jurídico, que é tratar como regra aquilo que deveria ser exceção.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e os demais senadores não podem ignorar a ciência que tem se manifestado dia após dia contra a medida, bem como mais de 20 órgãos públicos. O Pacote do Veneno não cabe no caminho que precisamos traçar para mitigar as crises socioambientais, em especial alimentar e climática, garantindo o bem-estar das gerações futuras. A transição agroecológica é mais urgente do que nunca.

Cigarro ilegal: um problema econômico e social

» EDSON VISMONA
Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP)

Você sabe quanto é perdido com o contrabando de cigarros no Brasil? Apenas em 2021, o país deixou de arrecadar R\$ 10,2 bilhões em impostos por conta da venda ilegal do produto. A perda acumulada nos últimos 10 anos é de R\$ 86 bilhões — esse valor cobre praticamente um ano de pagamentos do Auxílio Brasil para 18 milhões de famílias, programa tão necessário e para o qual o governo busca recursos.

Dados do Instituto Ipec Inteligência mostram que o cigarro ilícito representou 48% do mercado total de cigarros em 2021. Ou seja, quase metade de um segmento inteiro da indústria no Brasil é dominado por um produto ilegal, que não recolhe imposto e que não atende às obrigatórias normas fitossanitárias. É dinheiro sujo que abastece os cofres do crime organizado.

A maior parte é contrabando do Paraguai, que tem imposto de 20% sobre o produto, contra algo entre 70% e 90% no Brasil, a depender do estado. Esse produto entra via fronteira terrestre (rodovias, estradas vicinais) e vias fluviais. Mas, também, temos os manufaturados dentro do Brasil, por fabricantes devedores contumazes, ou seja, estruturam o negócio para nunca pagar impostos. Eles, vejam só, falsificam marcas paraguaias, que lideram o nosso mercado, tamanha é a difusão do contrabando no país. Sem controle, esses produtos ilegais não atendem aos requisitos mínimos em relação aos níveis de nicotina e alcatrão, entre outras substâncias, definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Para agravar o cenário, estudo recente do economista e especialista em economia do crime Pery Shikida apontou que organizações criminosas aliciam menores de idade para atuarem no contrabando de cigarros em cidades brasileiras situadas na fronteira com o Paraguai, como Paraná e Mato Grosso do Sul, resultando em altos índices de evasão escolar e no agravamento dos índices socioeconômicos nessas regiões. Os jovens transportam, armazenam e fazem a segurança da mercadoria ilícita almejando o ganho fácil, segundo a pesquisa. Para o crime, as crianças são lucrativas, uma vez que as penas para o contrabando são baixas ou inexistentes, colocando o futuro desses jovens em risco. Uma total perversão que molesta a nossa juventude de baixa renda.

Muitas partes envolvidas na discussão sobre o combate ao cigarro ilegal defendem que apenas a repressão é suficiente, e que é necessário aumentar ainda mais os impostos aqui no Brasil, entretanto, essa crença é incorreta e injusta com as forças de segurança.

A Receita Federal e as Polícias Rodoviária Federal, federal e estaduais fazem um trabalho dedicado e heroico. Porém, para reduzir o espaço do crime de forma incisiva, é preciso atacar não apenas a oferta, mas também os fatores que fazem com que o preço do cigarro ilícito seja tão baixo e atrativo.

Em um cenário de inflação e de perda de renda, o preço é, ainda mais, o grande diferencial. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2021 em 10,06%, o maior em 6 anos. Segundo dados da Boa Vista, o número de pessoas que atrasaram alguma conta (financiamento bancário, cartão de crédito, contas de consumo) cresceu 5,1% em março, quando comparado a fevereiro, e 9,2% no primeiro trimestre em relação ao mesmo período de 2021.

É inegável que o aumento de impostos gera um preço maior do produto legal, assim, quem não paga imposto tem uma enorme vantagem competitiva, reduz a participação do legal, amplia seu lucro e eleva a sonegação — isso ocorre com qualquer produto, fácil de entender, não requer profundas análises. No caso dos cigarros, a diferença de valores é gritante — até 65% mais baixo que o produto legal — oferecendo uma enorme vantagem ao ilícito.

Pesquisa da Fecomércio-RJ realizada em dezembro de 2021 aponta que quase 76% dos entrevistados compram produtos ilegais porque são mais baratos; 59,6% entendem que o produto ilegal é mais barato por não pagar impostos e, respeitando os fatos, 79% declaram que, para ampliar a competitividade dos produtos legais, seria necessário reduzir a carga tributária. Mantida a grande diferença de preços, o contrabando não perderá o espaço já conquistado e pode aumentar sua participação.

Cabe lembrar que defender o produto legal significa fortalecer a economia do país com uma maior arrecadação de impostos e geração de empregos. É preciso facilitar a vida de quem paga imposto e dificultar a de quem não paga. As próprias diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) preveem que os impostos, além de terem efeito arrecadatório, podem ser inibidores do consumo, porém, deve sempre ser considerada a incidência do mercado ilegal. Vale citar a experiência do Distrito Federal, que chegou a aumentar a alíquota sobre o cigarro além do ponto de equilíbrio e, ao voltar atrás, em 2017, ampliou a arrecadação.

Essas constatações demonstram que é necessário o reequilíbrio tributário no Brasil para que o consumidor possa optar pelo produto legal, controlado, de venda exclusiva para adultos, que recolha seus impostos e não incentive o crime no Brasil. O tema é complexo e não se resolverá sem que se encare o problema de forma franca, corajosa e transparente, com base em dados reais, afastando o ativismo negociacionista. Ignorar a lógica econômica estimula o avanço do contrabando. O preço baixo, resultante do não pagamento de qualquer imposto, incentiva o consumo, especialmente pelos fumantes de baixa renda, essa é a incômoda verdade. Temos que inovar, com o avanço de políticas efetivas de combate ao crime e ao consumo do cigarro ilegal. Esse é o desafio.